

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

COMPROMISSO DE FORNECIMENTO N.º 001/19.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 1/19

PROCESSO DE COMPRAS N.º 7430/18

EDITAL DE PREGÃO N.º 116/18

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de materiais e mão-de-obra para instalação do Sistema de Soterrados de Armazenamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: CONTEMAR AMBIENTAL COMÉRCIO DE CONTAINERS LTDA

PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO: 12 (doze) meses

VALOR: R\$ 757.200,00 (setecentos e cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Prisco, 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pela Secretária de Meio Ambiente, Sr.^a Wanessa de Paula Isidio da Silva, a seguir denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro a empresa **CONTEMAR AMBIENTAL COMÉRCIO DE CONTAINERS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n.º 03.770.521/0001-16, com sede na Avenida Georg Shaeffler, n.º 1985, bairro Iporanga, Sorocaba, SP, CEP 18087-175, neste ato representado pelo seu Sr. Ignácio Arriola Antuano, portador da Cédula de Identidade R.N.E. n.º V 532787 – U SE/DPMAF/DPF e devidamente inscrito no CPF n.º 233.034.838-09, doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, em conformidade com o estabelecido no artigo 15, II, da lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Decreto Municipal n.º 5.268/03, têm entre si, justo e contratado o que se segue:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

DO OBJETO

Cláusula Primeira

1.1. Constitui objeto do presente compromisso o fornecimento e instalação à CONTRATANTE do Sistema de Soterrados de Armazenamento de Resíduos Sólidos Urbanos, conforme anexos I e III, na conformidade do estabelecido na presente ata de registro de preços.

Cláusula Segunda

2.2. Os equipamentos referidos na cláusula antecedente serão sempre fornecidos dentro das especificações contidas no edital de **Pregão n.º 116/18** cujos termos integram o presente compromisso.

DA OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO

Cláusula Terceira

3.1. Durante o prazo de validade deste compromisso, vigorará a ata de registro de preços a ele integrante, período no qual o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, estará obrigado a fornecer à CONTRATANTE, sempre que por ela for exigido, na quantidade pretendida referida na cláusula antecedente, o(s) produto(s) objeto do presente.

3.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR fica obrigado a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Quarta

4.1. A CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR uma quantidade mínima dos equipamentos objeto do presente compromisso, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, do momento e da forma de fornecimento.

Cláusula Quinta

5.1. A CONTRATANTE poderá, nos termos da legislação em vigor, adquirir de outros fornecedores os equipamentos objeto do presente compromisso, vedada, todavia, qualquer aquisição destes equipamentos por preços iguais ou superiores aos que poderiam ser obtidos do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR pela execução do presente contrato.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA ATA

Cláusula Sexta

6.1. A CONTRATANTE emitirá a Ordem de fornecimento que deverá ser atendida pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR após o término da obra civil, com prazo previsto em 90 (noventa) dias.

Cláusula Sétima

7.1. Estando os equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital, na Ata de Registro de Preços ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR efetuará o reparo imediatamente, e se responsabilizará por eventuais danos e prejuízos causados pelo mesmo, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Cláusula Oitava

8.1. As Ordens de Fornecimento ou instrumentos equivalentes, de que trata a cláusula antecedente serão consideradas, para todos os fins de direito, contratos acessórios ao presente compromisso, nos termos do artigo 13, cuja publicidade será feita consoante estabelecido no artigo 14, ambos do Decreto Municipal n.º 5.268/03.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula Nona

9.1. Os preços unitários dos equipamentos objeto do presente, serão os constantes da Ata de Registro de Preços como parte integrante do presente Contrato.

9.2. Para recebimento do pagamento pelo fornecimento do objeto, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR emitirá as respectivas faturas.

9.3. A CONTRATANTE, dentro do prazo de cinco dias úteis contados da data da apresentação da fatura pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, deverá proceder seu exame, aprovando-o, e liberando a seguir para poder expedir as respectivas faturas.

9.3.1. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NFE, conforme determinação da SEFAZ (Secretaria da Fazenda Paulista), no que se refere a venda a órgãos públicos.

9.4. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal.

9.5. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor da Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

9.6. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-FIPE/USP, ou, no caso de extinção deste o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

9.7. As eventuais antecipações de pagamento, solicitadas expressamente pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando devidamente autorizada pela Administração, sofrerão descontos correspondente à taxa de remuneração das aplicações financeiras da Prefeitura.

DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO CONTROLE E DA REVISÃO DE PREÇOS

Cláusula Décima

10.1. O valor do Termo de Compromisso não será objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, salvo em caso de evidente desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que as partes examinarão em conjunto o estabelecimento de ajuste que reponha o equilíbrio econômico-financeiro da avença, mediante apresentação de planilha de custos e demais documentos correlatos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

DO PRAZO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E DA SUBCONTRATAÇÃO

Cláusula Décima Primeira

11.1. O presente compromisso de fornecimento terá a duração de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Compromisso.

Cláusula Décima Segunda

12.1. É vedado ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da Ata, sem expressa anuência da CONTRATANTE.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Décima Terceira

13.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte do COMPROMISSÁRIO das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

13.2. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação de multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 05 (cinco) anos).

13.3. Declaração de inidoneidade, quando o COMPROMISSÁRIO deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

13.4. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

Cláusula Décima Quarta

14.1. A inexecução total ou parcial do presente compromisso de fornecimento acarretará na tomada das seguintes sanções contra o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Multa;

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Cláusula Décima Quinta

15.1. Será garantido o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Cláusula Décima Sexta

16.1. O valor das multas aplicadas será deduzido do pagamento do mês de referência do fornecimento, a que fizer jus ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.

Cláusula Décima Sétima

17.1. Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR que deverá pagá-las no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima Oitava

18.1. O presente compromisso de fornecimento poderá ser rescindido por ato administrativo unilateral da CONTRATANTE:

18.1.1. Quando o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não vier a cumprir, ou vier a cumprir irregularmente as obrigações decorrentes do presente compromisso ou de quaisquer dos contratos acessórios de fornecimento, aperfeiçoados pelas partes;

18.1.2. Quando houver o descumprimento pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR do prazo previsto no para entrega dos produtos, ou não vier este a proceder à entrega destes dentro das condições pactuadas;

18.1.3. Quando o preço registrado for superior ao praticado no mercado, ou implicar em redução da diferença do percentual fixado na ata de registro de preços nos termos do artigo 21 do Decreto Municipal n.º 5.269/03;

18.1.4. Em quaisquer outras hipóteses admitidas em lei.

Cláusula Décima Nona

19.1. A rescisão administrativa do presente compromisso de fornecimento por ato unilateral da CONTRATANTE obedecerá ao disposto no artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula Vigésima

20.1. As despesas decorrentes do presente compromisso de fornecimento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: 4.4.90.52.00 18.541.0036.1.095 e 4.4.90.51.00 18.541.0036.1.095.

DO REGIME JURÍDICO E DAS REGRAS DISCIPLINADORAS DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

Cláusula Vigésima Primeira

21.1. O presente compromisso de fornecimento será regido pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Cláusula Vigésima Segunda

22.1. Para efeitos obrigacionais tanto o Edital da Licitação na modalidade **Pregão n.º 116/18**, quantas propostas nela adjudicadas, bem como a **Ata de Registro de Preços n.º 1/19**, integram o presente compromisso de fornecimento, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual.

Cláusula Vigésima Terceira

23.1. Para todas as questões pertinentes ao presente compromisso de fornecimento, o foro será o da Comarca de Ribeirão Pires, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vigésima Quarta

24.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência da Licitação na modalidade **PREGÃO N.º 116/18**, regendo-se pelas normas da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02 e dos Decretos Municipais n.º 5.268/03 e 5.269/03 às quais também se sujeitam as partes que o celebram.

E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente compromisso de fornecimento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, com 2 (duas) testemunhas instrumentárias para que produza jurídicos e legais efeitos.

Ribeirão Pires, 02 de Janeiro de 2019.

WANEISSA DE PAULA ISIDIO DA SILVA
Secretária de Meio Ambiente

CONTEMAR AMBIENTAL COMÉRCIO DE CONTAINERS LTDA
Ignácio Arriola Antunano
R.N.E. V532787

TESTEMUNHAS:

1 - _____
R.G.

2 - _____
R.G.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

COMPROMISSÁRIO: CONTEMAR AMBIENTAL COMÉRCIO DE CONTAINERS LTDA.

COMPROMISSO Nº (DE ORIGEM): 001/2019

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de materiais e mão-de-obra para instalação do Sistema de Soterrados de Armazenamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 02 de Janeiro de 2019

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Wanessa de Paula Isidio da Silva

Cargo: Secretária de Meio Ambiente

CPF: 309.914.968-33 RG: 35.100.566-3

Data de Nascimento: 05/03/1984

Endereço residencial completo: Rua Conde Sarzedas, nº 637 – Jardim Pastoril – Ribeirão Pires - SP

E-mail institucional: sema@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: wanessa.isidio@hotmail.com

Telefone(s): (11) 4828-7664 / (11) 97458-2703

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Wanessa de Paula Isidio da Silva

Cargo: Secretária de Meio Ambiente

CPF: 309.914.968-33 RG: 35.100.566-3

Data de Nascimento: 05/03/1984

Endereço residencial completo: Rua Conde Sarzedas, nº 637 – Jardim Pastoril – Ribeirão Pires - SP

E-mail institucional: sema@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: wanessa.isidio@hotmail.com

Telefone(s): (11) 4828-7664 / (11) 97458-2703

Assinatura: _____

Pelo COMPROMISSÁRIO:

Nome: Ignácio Arriola Antuano

Cargo: Diretor Geral

CPF: 233.034.838-09 RNE: V 532787 – U SE/DPMAF/DPF

Data de Nascimento: 04/06/1969

Endereço residencial completo: Rua 15, lote 14, Jd. Villas do Golf, Itú - SP

E-mail institucional: iarriola@contemar.com.br

E-mail pessoal: nac_arriola@hotmail.com

Telefone(s): (11) 94939-4674 / (15) 3235-3700

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Registro de preços para fornecimento de sistema soterrado de armazenamento de resíduos sólidos urbanos para contentores plásticos de 1000l para sistema de coleta carga traseira a serem instalados nos locais indicados no presente TERMO DE REFERÊNCIA.

1- JUSTIFICATIVA

A instalação de sistema de coleta de resíduos por contentores soterrados traz inúmeros benefícios, tais como:

- Os resíduos não ficam expostos, evitando-se assim a proliferação de vetores e pragas;
- Animais, como cães, gatos e urubus, não tem acesso aos resíduos;
- Não libera odores;
- A coleta dos resíduos pode ser feita por veículo coletor compactador, já utilizado na cidade, dotado de dispositivo de basculamento de contêineres;
- É visualmente agradável, contribuindo para a paisagem urbana;
- Cidade limpa e organizada atrai turista e satisfaz moradores;
- O sistema a ser adquirido não coloca em risco pedestres e animais no momento da coleta e ou manuseio.

Obs.: no presente Termo, levou-se em consideração todas as tecnologias disponíveis no mercado brasileiro até a presente data.

O princípio da prevenção é empregado na Constituição Federal de 1988, ao preceituar, no caput do artigo 225, o dever do poder público e da coletividade de proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Este princípio está diretamente relacionado ao conceito de antecipar cuidados, a fim de impedir potenciais danos ambientais, principalmente aos recursos mais frágeis como a água, evitando a ocorrência de riscos que não possam mais ser remediados. Assim, medidas muitas vezes consideradas simples, como economia de água ou acondicionamento correto de resíduos domiciliares, são práticas apropriadas do princípio da prevenção que contribuem para a preservação e proteção da qualidade dos recursos hídricos (Prodanoff, 2005).

A gestão integrada de resíduos sólidos urbanos permite que a mesma seja mais eficiente e previne a poluição de recursos hídricos, preservando-os. Quando o acondicionamento, armazenamento e/ou descarte de resíduos sólidos é realizado de maneira inadequada, a possibilidade dos mesmos e seus subprodutos serem carregados para os corpos d'água aumenta, podendo comprometer sua qualidade, além de aumentar o potencial de disseminação de doenças de veiculação hídrica e o desequilíbrio do ecossistema. Implementar o empreendimento aqui proposto, minimizará a contaminação do solo, mananciais subterrâneos e superficiais, além de promover redução de disposição final em solo de materiais potencialmente recicláveis.

2- AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO

O sistema deverá ser constituído por tais conjuntos:

- As lixeiras coletoras;
- Sistema de elevação adaptado ao sistema de coleta hoje existente;
- Contentores Plásticos;
- Adaptação completa em pelo menos 02 (dois) veículos coletores compactadores, ou seja, instalação de mecanismos que viabilizem tanto a retirada dos contentores do abrigo de concreto quanto o basculamento dos resíduos.

2.1 LIXEIRAS COLETORAS

Elemento que fica acima do pavimento, para o usuário dispor os resíduos para o interior (parte subterrânea) do equipamento:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

a) Estrutura Interna (metálico) - Estrutura interna metálica, com limitador de acesso, com no mínimo 75 litros de capacidade, impedindo o acesso de pessoas e com fechamento automático.

b) Estrutura Externa (plástico) Fabricados em peça única de PEAD – Polietileno de Alta Densidade com no mínimo 10 mm. Essa capa plástica é indicada para:

- Evitar a oxidação e infiltração (ausência de rebites e soldas);
- PEAD absorve golpes e evita amassar a parte metálica e prejudicar o tambor limitador de acesso;

2.2 CONJUNTO DO ELEVADOR / SISTEMA A GÁS

2.2.1 Plataforma Superior (calçamento):

A plataforma deve de chapa anti derrapante e que suporte o trânsito de pessoas, bem como acompanhe a arquitetura da calçada.

Dever ser dotada de dispositivo reguladores onde seja possível absorver até 5% de inclinação por desnível da rua / calçada, para todos os sentidos para que os dois níveis da plataforma fiquem paralelos a inclinação da rua.

2.2.2 Estrutura metálica do elevador:

Deverá ser construído com perfis, chapas, vigas de no mínimo 3mm de espessura. OBRIGATÓRIO SER GALVANIZADO A FOGO com 85µm de espessura.

Estrutura também deve ser dotada de dispositivos para regular a base onde ficarão os contentores para estar equivalente com o nível da rua; **ou**

2.2.3 Mecanismos de abertura com amortecedores a gás:

O sistema de abertura deverá ser de fácil manipulação comodamente por um só operador.

A tampa deverá dispor de dobradiças que permitam abrir girando sobre o respectivo aro da cuba de concreto até formar um ângulo próximo dos 90 graus.

Cilindros (amortecedores a gás) articulados em dois suportes colocados no interior da cuba de concreto.

2.3 CONTENTORES PLÁSTICOS:

Os contentores deverão ser plásticos, Polietilenos de Alta Densidade (PEAD), injetados em peça única, com capacidade de 1000 litros, com rodas de borracha maciça, em conformidade com a ABNT NBR 15911 assim permitindo a coleta mecanizada carga traseira. A certificação da ABNT por certificadora homologada garante a qualidade do contentor.

3. EXECUÇÃO DA OBRA DE ESCAVAÇÃO

A Prefeitura através da Secretaria de Obras, será encarregada de contratar empresa para execução da obra civil, local para recebimento do sistema subterrâneo de armazenamento de resíduos, através de planos fornecidos pela empresa vencedora.

4. QUANTIDADES

Serão adquiridos 06 (seis) conjuntos de 04 bocas, com capacidade de 1000L cada e 06 (seis) caixas de concreto armado conforme descrito nesse memorial.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5. LOCAIS

Os equipamentos serão instalados nos seguintes endereços:

- Avenida Capitão José Gallo – em frente ao Habib's;
- Rua do Comércio – próximo ao Banco Bradesco;
- Rua do Comércio – em frente a Pastelaria Monte Castelo;
- Rua Miguel Prisco – em frente a Sodiê;
- Rua Stella Bruna C. Nardelli – ao lado do Restaurante Nipon;
- Rua Palmar – próximo a Praça Sabará

6. INSTALAÇÃO

Os equipamentos deverão ser instalados sob o pavimento da via pública, dentro das boas técnicas de engenharia.

7. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Instalar e manter 6 sistemas subterrâneos de armazenamento de resíduos/rejeitos na área central da cidade, em pontos estratégicos, ficando a critério da secretaria responsável pela gestão do resíduo sólido urbano, realizar a higienização e manutenção necessária.

A CONTRATADA deverá capacitar pelo menos 05 (cinco) funcionários da Prefeitura quanto a forma correta de higienização e manutenção preventiva do sistema de acondicionamento de lixo.

Capacitar coletores e terceiros envolvidos no novo sistema de trabalho, durante o período de instalação do sistema subterrâneo de armazenamento de resíduos sólidos, mantendo a orientação registrada e continuada, durante o período de instalação.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Contratada será responsável pela segurança dos trabalhadores e terceiros durante a instalação do equipamento, devendo ter o máximo cuidado, nos aspectos construtivos em geral, de forma a garantir a integridade física dos envolvidos. A Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires poderá exigir quando julgar conveniente, a implantação de medidas e condições adicionais, com o objetivo de evitar riscos desnecessários.

Também é de responsabilidade da contratada a orientação e os planos de adequação do caminhão de coleta ao novo sistema.

É de responsabilidade da empresa contratada a instalação, teste do equipamento, assim como a capacitação dos profissionais da coleta, quanto a sua correta operação e manutenção.